

Relatório Reunião da Confederação com o presidente do INSS **10 de julho de 2020 – 17h00**

Presentes:

CNTSS/CUT: Gina Melise (MA), João Torquato (DF), Vilma Ramos (SP), Deivid Christian (SE), Silvio Andrade (MS), George Rolim (AL), Gustavo (PE), Sérgio Fonseca (PB), Teca (GO/TO), Edvaldo Santa Rita (BA).

INSS: Leonardo Rolim – Presidente; Emanuel Araújo – Gabinete da Presidência; Jobson Salães – Diretor de Atendimento; Ailton Nunes (DIRAT); Alessandro Roosevelt – Diretor de Benefícios (DIRBEN); Helder Calado – Diretor de Gestão de Pessoas e Administração (DGPA).

A reunião iniciou com a CNTSS fazendo um resgate da discussão da última reunião levantando alguns pontos que ficaram fechados e não conseguiram avançar sendo: Reunião do GT de retorno ao trabalho (discutir protocolo); Comitê Gestor da carreira; Criação do Banco de Pontos; GDASS resultado da avaliação de maio e junho; Reunião do CGNAD; GT da pontuação; Painel de acompanhamento da Produção Diária; Atualização do Facilita e Reestruturação do INSS, dentre outros pontos que são de extrema relevância para a categoria. Seguem os pontos mais relevantes tratados:

Reabertura das Agências

A CNTSS reafirmou seu posicionamento quanto a manutenção do trabalho remoto e não a reabertura das Agências da Previdência Social. Entende que é prematura a reabertura das agências em virtude de a pandemia ainda não estar sob controle forçando inclusive muitas cidades, que abriram prematuramente, adotarem o *lockdown*. Por isso, a necessidade de estabelecermos diálogo permanente entre o governo e as entidades sindicais representativas dos servidores.

A Confederação ainda exigiu a participação nas discussões internas que tratam sobre a reabertura das unidades e os protocolos de segurança, uma vez que o servidor não pode ser ignorado nesse processo precisando ser ouvido, já que os protocolos construídos pelo INSS não estão tendo o acompanhamento das entidades.

O presidente do INSS não concorda que as entidades devam fazer parte do comitê que trata da reabertura, mas deixou marcada reunião da CNTSS com o grupo que está tratando desse ponto.

A CNTSS deixou claro ao Presidente do INSS que a pressão da sociedade, em relação a prestação de serviços do INSS não se refere, neste momento, as atividades exercidas pelos servidores da Carreira do Seguro Social, mas principalmente ao gargalo na realização de perícias médicas, que está sob a responsabilidade da Perícia Médica Federal, já que os meios de comunicação estão sempre se reportando aos benefícios por incapacidade, que dependem única e exclusivamente do Perito Médico Federal., tais como auxílio-doença.

Ao ser questionado sobre o retorno dos Médicos Peritos, o Presidente do INSS afirmou que: *“Não faz nenhum sentido o INSS reabrir as unidades sem a perícia médica”*. Quatro serviços irão funcionar na reabertura, segundo Leonardo Rolim: Perícia médica, avaliação social, reabilitação profissional e cumprimento de exigência. Pondera ainda que o prejuízo não é só pela ausência da perícia médica e cita outros motivos de os benefícios estarem parados, como avaliação social, cumprimento de exigências, etc.

Reestruturação do INSS / Carreira do Seguro Social

A CNTSS pediu informações sobre a reestruturação do INSS, por ser tema de grande relevância para os servidores e motivo de muitos boatos. Exigiu ainda que os servidores sejam parte da construção desse processo.

O presidente do INSS informou que a reestruturação tem três etapas: 1ª. etapa GT do Ministério da Economia com o INSS; 2ª etapa será discutir na Casa Civil e a 3ª etapa é transformar em Projeto de Lei e discutir com os poderes da União. Jobson está coordenando.

A 1ª. Etapa é cumprir a obrigação de reduzir pela metade as unidades de gestão (GEX) e vão aproveitar para reorganizar o papel do INSS. A ideia seria as GEX ficar com o papel de coordenar as áreas finalísticas do órgão enquanto as SR´s centralizariam a área meio, setores como SOGP, Logística, Financeiro, etc, essa discussão está na Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Previdência. Disse que a reestruturação será com base na Lei 9.717 estabelece uma série de princípios de governança, constituição de um Conselho de Administração formado por representantes do governo e servidores, conselho fiscal, comitê de investimentos. Tudo isso está em discussão no governo.

Integração com a Secretaria do Trabalho: INSS assume algumas atividades da Secretaria do Trabalho tais como a concessão do Seguro Desemprego e outras atividades. Esse ponto o Presidente afirmou que estaria em vigor até o final do ano e está sob a coordenação do Jobson. Estão em experiência piloto em 5 agências.

Assinaram o programa de atuação digital 2.0 e o programa de transformação da gestão. Em agosto será iniciado, dentro da transformação digital, o processo de prova de vida. Será realizada experiência com 500 pessoas. Primeiro marco importante para reorganizar o INSS com foco no atendimento ao cidadão com amplo projeto de reestruturação. Assim que o projeto estiver concluído vai marcar reunião específica para apresentar. Comprometeu-se a apresentar até o final de julho.

Esse desenho está no planejamento estratégico, no programa de metas deste ano e do ano que vem. Deverá ser implementado até o final de 2021. Até maio ou junho de 2021 deverá ser concluído o redesenho do perfil do servidor do INSS bem como o número ideal de servidores para determinadas atividades. Após a conclusão farão um plano de seleção e talentos.

A CNTSS entende ser de extrema importância que os servidores se apropriem dessa discussão e exijam junto com as entidades a participação nesse processo não deixando apenas nas mãos do governo fazer alterações tão profundas na estrutura e na carreira unilateralmente.

Comitê gestor da carreira

O titular da DGPA aponta que existem dois comitês: um que irá discutir a carreira internamente no INSS e outro que é o do acordo da greve de 2015 e está sob a governança do Ministério da Economia não cabendo o Instituto interferência. O Presidente solicitou a Helder e Emanuel para tocar e marcar a reunião o mais rápido possível com a confederação, assumindo o compromisso de criar o comitê Gestor.

A **CNTSS** ponderou que embora não esteja sob a governança do INSS à criação do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social, conquistado na greve de 2015, o Presidente poderia fazer as interlocuções como autoridade máxima do órgão, junto ao Ministério da Economia e a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho com objetivo de destravar e viabilizar o cumprimento do acordo com a instauração do Comitê, que é de grande relevância para os servidores da Carreira do Seguro Social, principalmente no momento em que se avizinha a reforma administrativa.

Criação do Banco de pontos

Reinvidicação dos (as) servidores (as) que a confederação sugeriu na reunião anterior, pois, os servidores estão trabalhando por produção e o excedente não conta para o mês seguinte. Foi cobrada urgência na criação desse instrumento que inclusive foi promessa do presidente na citada reunião.

Rolim informou que é muito importante e adequado, que já pediu várias vezes para o pessoal viabilizar e ainda na próxima semana já tenhamos o Banco de Pontos. Nesse momento Jobson pediu a palavra para informar que foi aberto o processo hoje (10/07/2020), já tem a minuta e ainda hoje vai para a DGPA, cumprindo a determinação e compromisso do presidente. Ficou de marcar reunião com a confederação, na próxima semana, para apresentar a minuta e tratar da criação do banco.

Avaliação de desempenho

A **CNTSS** mostrou preocupação da forma que o INSS está tratando esse ponto mostrando, inclusive, que existem pontos da legislação que O INSS tem obrigação de se atentar. **O diretor da DGPA** informa que a legislação está sendo cumprida e o instituto está estudando alterações tanto no ITC-GDASS quanto na parte individual da gratificação. A Confederação solicitou que esse ponto em especial fosse tratado em reunião específica para conhecermos quais alterações seriam essas e por entender que alterações desse tipo tem que ser debatido com as entidades e discutido também no CGNAD. Ficou agendada reunião para a próxima semana para tratar também desse tema com a DGPA.

GDASS

Cobramos o resultado de maio e junho, **o Presidente** informou que provavelmente a portaria saia na próxima semana inclusive com ajustes propostos pelo INSS. A DGPA alega que falta publicar os resultados de maio e junho, pois o processo com os ajustes está em tramitação. Devido a isso ainda não marcou a reunião do CGNAD. Nesse ponto a CNTSS enfatizou que não pode haver nenhuma alteração sem a anuência do CGNAD.

GT de Pontuação e metas

Mais uma vez **a Confederação** cobrou a retomada da discussão do GT e mostrou preocupação e indignação com portarias publicadas nesse sentido de forma unilateral pelo INSS. **Leonardo**

Rolim ressaltou a importância dessa discussão e informa que por ser uma questão dinâmica deveria ser permanente as discussões e prometeu retomá-las o mais breve possível.

Painel de acompanhamento da produtividade / Facilita

A CNTSS cobrou que até o momento ainda não saiu o prometido painel de produção diária dos(as) servidores(as) que estão trabalhando sem saber o montante da produção realizada. Inclusive o sistema “**Facilita**” que o INSS disponibilizou para mostrar que essa produção não é atualizada de forma adequada.

Ailton (DIRAT): Informou que O aplicativo do GET, sistema on line onde o servidor sabia quantos pontos haviam feito, porém a dinâmica foi mudando tanto que esse sistema não conseguiu acompanhar. Decisão à época de abandonar o GET e ficar com o Facilita. Alguns servidores conseguiram fazer o acompanhamento pelo sistema Facilita, mas faz algum tempo que deixou de funcionar. Disse que estão discutindo com o DATAPREV em duas frentes: paliativamente melhorar o sistema “**Facilita**” onde o servidor poderá ter o controle de sua produção diária em tempo real. Que vem com um delay D-1 (resultado do dia anterior). E de forma definitiva a criação do painel de produtividade que deverá mostrar em tempo real a produção dos (as) servidores(as). Por fim, prometeu que semana que vem irão nos apresentar essa solução para a produção diária.

Cumprimento de Exigência – Drive Thru SP – Normativo que aceita cópia simples

A CNTSS apontou problemas do Projeto Piloto, em São Paulo, denominado Drive Thru. Em SP a superintendência do INSS resolveu colocar um projeto-piloto de Drive Thru para recebimento de exigências com envelopes depositados em caixas de papelão nas agências do INSS. A Confederação apontou alguns problemas, tais como: a) A caixa é apenas um repositório de envelopes sem nenhum controle da instituição; b) Os Segurados não recebem nenhum recibo/protocolo dos documentos exigidos pela instituição c) Essa ausência de protocolo de entrega fere legislação vigente sobre o tratamento de documentos na Administração Pública, uma vez que todo cidadão tem que ter um protocolo/recebimento dos documentos apresentados. Tal situação põe em risco o direito do segurado ao não ter prova da entrega. Em caso de indeferimento indevido ao recorrer à justiça, o segurado não tem como provar que cumpriu as exigências do INSS devido à ausência de comprovante da entrega dos documentos.

Foi solicitado, que a presidência do INSS se aproprie do que está acontecendo no estado de SP e que tome providências urgentes, para evitar prejuízos aos segurados e problemas futuros com os órgãos de controle, afinal para um órgão que pretende ser uma Autarquia Especial, como pretende o INSS, não pode colocar uma caixa de papelão num estacionamento para o segurança tomar conta e recepcionar documentos de segurados exigidos pela Instituição.

O presidente do INSS informa que é de conhecimento da direção central. É uma experiência piloto. Estão conversando com TCU sobre isso. Vão analisar e ver se é viável com aprimoramento se deve manter ou não ter. Se for viável vai manter e ampliar.

Nova Legislação que aceita cópias não autenticadas Decreto 3048 e Lei 3246

No cumprimento das exigências e requerimentos de forma digital a pessoa deverá assumir a autenticidade do documento quando feito com login e senha. A CNTSS ponderou que no normativo específico que deverá ser editado pelo INSS tem que exemplificar em quais

situações o servidor deve fazer a solicitação dos documentos originais, uma vez que o decreto tem essa previsão. Essa norma é muito importante para tirar a responsabilidade do servidor em documentos entregues e incluídos pelo requerente e por terceiros e não autenticados.

O titular da DIRBEN diz que o debate tem duas vertentes: a autenticidade e a contemporaneidade. Na autenticidade quem traz o documento é o responsável. Na contemporaneidade do documento a normativa tem que descrever. O servidor vai ter que pedir o documento para saber quais são as situações de contemporaneidade. E que quando esse documento é entregue por meio digital, com login e senha, podemos acusar a autenticidade e a responsabilidade é de quem inclui. Informou que o normativo que sairá em breve vai tratar desse ponto e que a responsabilidade do servidor ficaria restrita a erro grosseiro dolo ou má fé.

Por fim, a CNTSS e seus sindicatos filiados, orientam a categoria a manter-se mobilizada e em trabalho remoto.

Não ao trabalho presencial!

#VIDAS IMPORTAM

